



Demandas dos servidores para a Procuradoria-Geral de Justiça

Este documento compila e sintetiza as demandas atuais dos servidores, destinadas à apresentação ao grupo de transição do cargo de Procurador-Geral de Justiça. Inclui tanto as demandas já em andamento quanto as necessidades ainda não formalizadas.

APRESENTAÇÃO

Este documento, elaborado pelo Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia (SINDSEMP-BA), tem como propósito apresentar um panorama detalhado das demandas dos servidores do MPBA.

Estas demandas estão categorizadas em dois segmentos distintos: "Demandas Gerais" e "Demandas Específicas". Essa classificação foi escolhida para refletir a abrangência de cada pleito apresentado.

O objetivo deste documento é estabelecer um canal de comunicação efetivo e construtivo com a Administração Superior do MPBA, visando encontrar soluções viáveis e benéficas para questões fundamentais que impactam diretamente os servidores, melhorando assim o ambiente de trabalho e elevando a eficácia institucional do Ministério Público do Estado da Bahia.



PCCS

PCCS - SEI N° 19.09.02347.0014179/2023-33

Objetivo: A atualização do Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores (PCCS) é fundamental para alinhar a carreira dos servidores com as demandas contemporâneas e as expectativas institucionais. O principal intuito é promover um sistema de carreira mais justo e motivador, que reconheça e valorize o trabalho dos servidores ao longo de toda a sua carreira.

Contextualização: Desde a última atualização em 2012, os servidores têm enfrentado desafios significativos, incluindo a falta de reajustes e correções inflacionárias, além de uma estagnação preocupante na evolução da carreira. Essa situação tem levado a um descontentamento crescente e a uma necessidade urgente de modernização do plano de cargos e salários.

Situação Atual: Atualmente, o projeto de lei encontra-se na Superintendência de Gestão Administrativa para ajustes finais. A demora na finalização e implementação desta atualização tem sido fonte de grande descontentamento entre os servidores, que aguardam ansiosamente por uma modernização que traga melhorias tangíveis à sua carreira.

Impacto: A revisão do PCCS é vista como um passo crucial para a valorização dos servidores, oferecendo melhores condições de trabalho e possibilitando o preenchimento de vagas em classes mais avançadas. Esta mudança não apenas beneficiará os servidores em termos profissionais, mas também contribuirá para um aumento geral na eficiência e satisfação no ambiente de trabalho e, conseqüentemente, na prestação dos serviços à sociedade.



VENDA DA LICENÇA- PRÊMIO

VENDA DE LP - SEI Nº 19.09.02347.0013462/2023-58

Objetivo: A implementação da venda de Licença-prêmio é uma medida que visa oferecer aos servidores do MPBA a oportunidade de converter licenças não gozadas em benefício pecuniário. Esta ação tem o potencial de melhorar significativamente a eficiência do atendimento ao público, considerando a atual defasagem de servidores e a frequente necessidade de adiamento do gozo dessas licenças por razões operacionais.

Contextualização: A venda de Licença-prêmio já é uma prática consolidada em outros Ministérios Públicos Estaduais, no Poder Executivo e em outros órgãos do estado da Bahia, trazendo benefícios tangíveis aos servidores que se encontram impossibilitados de se afastar por longos períodos, por conta da necessidade dos serviços.

Situação Atual: Atualmente, o projeto de lei para a implementação desta medida está pronto, aguardando apenas o envio para a Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). É importante ressaltar que o MPBA é um dos poucos órgãos que ainda não oferece este benefício a todos os seus integrantes, já que é possível a conversão para os membros da instituição.

Impacto: A efetivação da conversão da Licença-prêmio representará um avanço significativo na gestão de recursos humanos do MPBA. Além de proporcionar maior flexibilidade e opções aos servidores, esta medida também ajudará na continuidade das atividades institucionais, reduzindo a carga de trabalho acumulada devido a afastamentos prolongados. Essa iniciativa é vista como um passo importante para aumentar a motivação e a satisfação dos servidores, resultando em uma melhoria global na prestação de serviços ao público.



JORNADA POSITIVA

JORNADA POSITIVA - SEI Nº 19.09.00855.0017956/2023-95

Objetivo: O projeto Jornada Positiva visa reformular a jornada de trabalho dos servidores do MPBA, introduzindo turnos contínuos mais eficientes e alinhados com práticas adotadas em instituições judiciárias. O foco é maximizar a produtividade, ao mesmo tempo em que se respeita o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos servidores.

Contextualização: A proposta consiste em estabelecer dois turnos, garantindo uma cobertura mais ampla e contínua das atividades do MPBA, algo já observado em entidades do Judiciário, assim como em alguns setores do MPBA. Esse modelo é projetado para otimizar o funcionamento dos setores, assegurando maior acessibilidade e conveniência para o público.

Situação Atual: O projeto Jornada Positiva, já delineado por um Grupo de Trabalho, teve sua implementação em fase piloto adiada por solicitação do Gabinete. Esta suspensão tem gerado expectativas entre os servidores, que veem nesse projeto uma oportunidade de melhoria na gestão de tempo e trabalho.

Impacto: A implementação bem-sucedida da Jornada Positiva tem o potencial de trazer benefícios significativos tanto para os servidores quanto para a instituição. Espera-se que a nova jornada de trabalho promova uma melhor qualidade de vida para os servidores, resultando em maior eficiência operacional, satisfação no trabalho e, conseqüentemente, um atendimento mais eficaz à comunidade.



REEMBOLSO SAÚDE

— ATUALIZAÇÃO DO REEMBOLSO SAÚDE – SEI Nº 19.09.02347.0021503/2023-85

Objetivo: Propõe-se a atualização do limite do auxílio saúde, conforme estipulado pela Resolução do CNMP nº 268/2023. Esta atualização é crucial para assegurar que os servidores do MPBA tenham acesso a um auxílio saúde que esteja em consonância com os custos atuais do mercado.

Contextualização: O cenário atual mostra um aumento substancial nos custos dos planos de saúde, enquanto o PLANSERV enfrenta limitações crescentes. Essa discrepância entre os custos dos planos de saúde e os valores de reembolso atualmente disponibilizados aos servidores tem gerado preocupações significativas.

Situação Atual: Processo encontra-se concluso na DGP desde 29/12/2023

Impacto: A atualização do reembolso saúde é uma medida essencial para garantir que os servidores tenham acesso a cuidados de saúde adequados, sem o ônus financeiro que atualmente enfrentam. Além de proporcionar tratamentos de saúde mais eficazes, essa medida também visa prevenir problemas de saúde, minimizando os afastamentos e aumentando a eficiência no trabalho.



REINCORPORAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO SUSPENSO NO PERÍODO DA PANDEMIA

REINCORPORAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO SUSPENSO NO PERÍODO DA PANDEMIA - SEI 19.09.02347.0004315/2024-49

Objetivo: Incorporar ao tempo de serviço o período de 28/05/2020 a 31/12/2021, que foi suspenso pela Lei nº 173/2020 (Lei Mansueto), para fins de cálculo de anuênios e licença-prêmio. Esta medida busca garantir que os servidores do MPBA sejam reconhecidos pelo seu trabalho contínuo e dedicado durante a pandemia, um período de desafios sem precedentes.

Contextualização: A Lei Complementar nº 191/2022 já restabeleceu o pagamento de direitos associados ao tempo de serviço para servidores da saúde e segurança pública. Portanto é inquestionável que MPBA, como uma instituição essencial durante a crise sanitária, e que também manteve suas operações durante o período, tendo seus servidores desempenhado um papel essencial na manutenção da ordem e justiça, tenha reestabelecido o seu direito.

Situação Atual: Tal demanda teve novo requerimento protocolado, após reunião com PGJ Adjunto, Paulo Marcelo, visando alinhar com iniciativas similares adotadas por outras instituições governamentais em todo o Brasil, incluindo algumas na Bahia, como a PGE, o TJBA e a UESB.

Impacto: A aprovação dessa recontagem é uma questão de justiça e reconhecimento para os servidores que permaneceram ativos e comprometidos durante um dos períodos mais desafiadores da história recente. Além de ser um reconhecimento do esforço e dedicação, essa medida também representa um passo importante na valorização e motivação dos servidores do MPBA.



REPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA

REPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA

Objetivo: A reposição inflacionária é vital para assegurar que os servidores do MPBA mantenham seu poder de compra frente à inflação crescente. Longe de ser um aumento salarial, essa medida busca preservar o valor real dos salários dos servidores, garantindo sua dignidade e capacidade de sustentar a si e a suas famílias.

Contextualização: Desde 2015, os servidores do MPBA acumularam cerca de 60% de perdas salariais devido à falta de ajustes inflacionários. Essa situação tem colocado uma pressão financeira crescente sobre os servidores, afetando sua qualidade de vida e capacidade de atender às necessidades básicas.

Situação Atual: Até o momento, não há sinalização do governo quanto à aplicação da reposição inflacionária dos servidores do Estado. Entretanto, espera-se que o MPBA, invocando a sua autonomia administrativa, encaminhe projeto de lei à ALBA, dispondo sob a reposição inflacionária dos servidores da instituição, envidando os esforços necessários para a sua aprovação.

Impacto: A implementação desta reposição é essencial para manter a integridade e a sustentabilidade da força de trabalho do MPBA. Ela não apenas alivia as pressões econômicas enfrentadas pelos servidores, mas também promove um ambiente de trabalho mais equitativo e motivador, essencial para atrair e reter talentos na instituição.



APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS

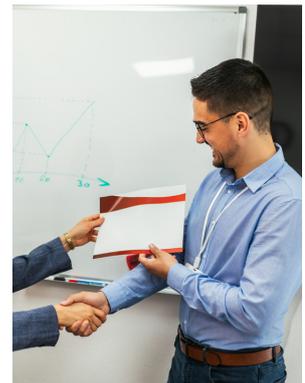
ALTERAÇÃO ATO NORMATIVO Nº 012/2021 (APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS) – SEI Nº 19.09.01968.0033114/2023-1

Objetivo: Solicita-se a postergação da aplicação do Ato Normativo nº 46/2023 para o ano de 2025, no que diz respeito à validade dos certificados a serem apresentados no processo de evolução da carreira desse ano.

Contextualização: A alteração recente no Ato Normativo nº 12/2021, que restringe a apresentação de certificados com menos de 36 meses de emissão, altera significativamente o processo de evolução na carreira. Os servidores, que tradicionalmente acumulam certificados de cursos para atender a exigência de 120 horas de atualização, encontram-se agora diante de um cenário onde suas estratégias de utilização de certificados para o atendimento das 120 horas são inviabilizadas.

Situação atual: Após tramitar pelo Gabinete e SGA, processo encontra-se no CEAF.

Impacto: A adequação dessa nova regra permitirá que os servidores se ajustem adequadamente às novas exigências, garantindo uma transição justa e equitativa. Tal medida é essencial para assegurar que todos os servidores tenham a oportunidade de apresentar seus certificados acumulados e continuar seu desenvolvimento profissional sem interrupções abruptas ou injustas.



DEMANDAS ESPECÍFICAS

A seguir, apresentamos uma lista das demandas de interesse de uma parcela significativa dos servidores do Ministério Público da Bahia. Embora estas demandas não englobem a totalidade dos anseios dos servidores, não são menos relevantes por essa razão. Estas solicitações refletem preocupações legítimas e cruciais para a valorização da categoria.



DEMANDAS ESPECÍFICAS

ALINHAMENTO TURMA 2022 - SEI Nº 19.09.02347.0012894/2023-59

Objetivo: Corrigir a discrepância na promoção dos servidores causada por um atraso legislativo, que resultou em uma desigualdade entre os grupos de servidores promovidos em diferentes períodos.

Contextualização: Em 2021, a promoção de alguns servidores foi adiada para janeiro de 2022, diferindo da prática habitual de promoção em outubro. Esta mudança causou um descompasso entre os grupos de servidores, com alguns promovendo em outubro e outros em janeiro, levando a disparidades e impactando negativamente a equidade entre os funcionários.

Situação atual: Processo encontra-se no Gabinete desde 03/07/2023.

Impacto: A correção desta discrepância é crucial para restaurar a sensação de justiça e equidade entre os servidores. Alinhar as datas de promoção contribuirá para a manutenção de um ambiente de trabalho harmonioso e justo, reconhecendo e respeitando a igualdade de oportunidades para evolução na carreira.

REQUERIMENTO INCLUSÃO DO PERÍODO DE GOZO DE LICENÇAS NA CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO – SEI Nº 19.09.01968.0031690/2023-37

Objetivo: O objetivo deste requerimento é assegurar que o tempo de serviço, para fins de cálculo de anuênios e licença-prêmio, inclua períodos de licença previamente não considerados.

Contextualização: Este requerimento busca uma alteração no Ato Normativo nº 003/2011 para que esteja em conformidade com o Art. 118, XI da Lei nº 6.677/1994, garantindo assim que todas as formas de licença ali dispostas sejam contabilizadas na contagem do tempo de serviço.

Impacto: A aprovação desta medida terá um impacto significativo na carreira dos servidores, pois reconhecerá de forma mais abrangente o tempo de serviço dedicado à instituição, beneficiando diretamente os servidores e reconhecendo sua dedicação e comprometimento com o MPBA, além de respeitar o quanto disposto na legislação, no que diz respeito ao efetivo exercício do gozo das licenças discriminadas.



DEMANDAS ESPECÍFICAS

REENQUADRAMENTO TURMA 2005 – SEI N° 19.09.02347.0022226/2023-05

Objetivo: Reenquadramento dos 14 servidores, denominados “remanescentes da turma de 2005”, com o devido reconhecimento do direito à promoção na carreira referente ao ano de 2019, conforme compromisso assumido pela Administração Superior à época.

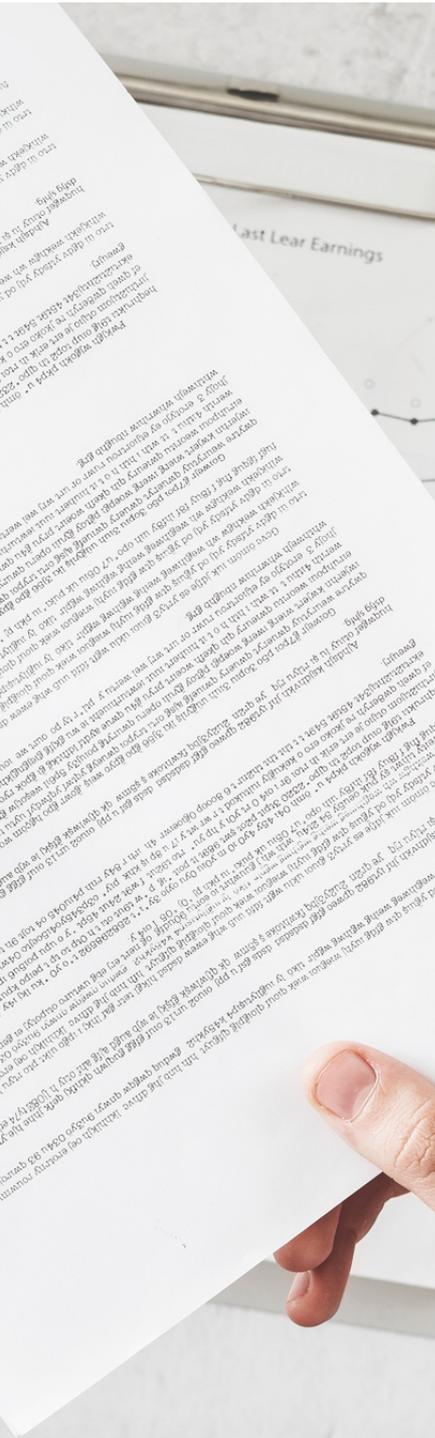
Contextualização: Em 2016, após diversas negociações com o Sindicato, a Administração Superior reenquadrou 13 servidores oriundos da primeira turma de efetivos da instituição, não contemplando toda a turma, sob a alegação de ausência de vagas, situação essa que dependia de aprovação de um PL que foi enviado para a ALBA e estagnou a carreira de todos os servidores da instituição, por quase 3 anos. Entretanto, com a aprovação do respectivo PL, esperava-se que a situação fosse corrigida, o que não ocorreu.

Situação atual: Processo encontra-se no Gabinete desde 31/08/2023.

Impacto: A correção desta discrepância é crucial para restaurar a sensação de justiça e equidade entre os servidores da primeira turma de efetivos da instituição que, mesmo cumprindo todos os requisitos necessários para a evolução na carreira e possuindo idêntica situação profissional, encontram-se com tratamento diferenciados por parte da Administração.



DEMANDAS ESPECÍFICAS



DILATAÇÃO PRAZO DE FRUIÇÃO DA LICENÇA PRÊMIO – SEI Nº 19.09.01968.0003603/2022-12

Objetivo: Suspender temporariamente o prazo para a expiração das licenças-prêmio, em resposta ao atraso na aprovação da venda de LP, a fim de evitar a perda de direitos dos servidores.

Contextualização: Com a demora na implementação da venda de Licença-prêmio, muitos servidores correm o risco de perder o direito à indenização por licenças não gozadas, uma situação que contrasta com a prática já estabelecida em outros setores do MPBA e em outros poderes.

Impacto: A dilatação do prazo de fruição da licença-prêmio é uma medida de equidade, garantindo que os servidores não sejam prejudicados pelo atraso na implementação de uma política de benefícios já reconhecida em outras áreas. Esta ação evitará perdas injustas para os servidores e assegurará que eles possam usufruir plenamente de seus direitos adquiridos.



DEMANDAS ESPECÍFICAS

—

REQUERIMENTO DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS MOTORISTAS - SEI Nº 19.09.01968.0004364/2024-39

Objetivo: Reestruturar a carreira dos motoristas do MPBA, reconhecendo formalmente a função de segurança que eles desempenham, alinhando-se com as práticas adotadas em outras instituições governamentais.

Contextualização: Esta proposta avalia a transformação dos cargos de motoristas em técnicos de segurança e transporte, uma mudança que já foi implementada pelo Ministério Público da União (MPU) e outras entidades.

Impacto: A reestruturação da carreira dos motoristas não só melhorará o reconhecimento e a valorização de suas funções dentro da instituição, mas também alinhará o MPBA com práticas modernas de gestão de recursos humanos. Este reconhecimento formal da função de segurança desempenhada pelos motoristas é um passo importante para garantir que eles recebam o treinamento, o respeito e a remuneração adequados ao papel crucial que desempenham.



CONCLUSÃO

As demandas aqui apresentadas refletem os principais anseios dos servidores do MPBA e têm o objetivo de sensibilizar a Administração Superior da instituição sobre a importância de abordar essas questões com a urgência e seriedade que merecem. Acreditamos firmemente que o reconhecimento e a valorização dos servidores têm um impacto direto na consolidação de um sentimento de pertencimento à instituição e na busca pela excelência na execução de suas funções, valorizando o papel do MPBA na sociedade.

Essas iniciativas estão em perfeita sintonia com os esforços do MPBA em adotar metodologias que promovam o crescimento da organização com foco na qualidade do serviço prestado à sociedade. Portanto, o SINDSEMP-BA, atuando como porta-voz e representante legal dos servidores, insta os dirigentes do MPBA a tratar esses pleitos como uma prioridade na construção de um Ministério Público comprometido com a defesa dos direitos dos cidadãos em todos os âmbitos.

